

TERRORISMO EM CABO DELGADO

Mais uma reunião do Conselho de Estado termina com “felicitações”, “encorajamentos” e “condenações”



Créditos: O País

Duas semanas depois da reunião do Conselho Nacional de Defesa e Segurança (CNDS), o Presidente da República voltou a reunir mais um órgão de consulta para discutir a segurança em Cabo Delgado. Desta vez foi o Conselho de Estado, que reuniu na quinta-feira, 22 de Abril, passados 28 dias depois do ataque brutal à vila de Palma que causou dezenas de mortos, destruição e pilhagem de propriedades públicas e privadas, e forçou a multinacional Total a suspender a retoma dos trabalhos no complexo industrial de LNG de Afungi.

À semelhança do que aconteceu na reunião do CNDS de 9 de Abril, a quinta sessão do Conselho de Estado não produziu nenhuma decisão relevante. O órgão a quem compete aconselhar o Presidente da República não foi além de expressar “preocupação com a situação de segurança” em Cabo Delgado; encorajar as “Forças de Defesa e Segurança a intensificarem acções de combate contra os terroristas”; felicitar as “Forças de Defesa e Segurança pela bravura na resposta aos ataques à vila-sede de Palma”; condenar “veementemente os ataques bárbaros

contra os cidadãos nacionais e estrangeiros”; endereçar sentidas condolências às famílias das vítimas perecidas em consequências das acções terroristas”.

O Conselho de Estado apreciou ainda “as acções em curso de reforço da capacidade das instituições do Estado para o combate eficaz ao terrorismo e a assistência à população deslocada, de modo a amenizar o seu sofrimento, bem como garantir o retorno seguro aos locais de origem”. No comunicado emitido ontem pela Presidência da República não se acha nenhuma decisão ou mesmo recomendação

deixada pelo Conselho de Estado para fazer face ao extremismo violento e terrorismo no norte de Moçambique. Aliás, o comunicado não reflecte a gravidade da situação de segurança e do drama humanitário em Cabo Delgado.

Além de aconselhar o Presidente da República sempre que o solicite, o Conselho de Estado pronuncia-se obrigatoriamente sobre a declaração de guerra, do estado de sítio ou de estado de emergência. Era expectável que este órgão político, além de “expressar preocupação”, “encorajar”, “felicitar” e “condenar”, reflectisse sobre a escalada da violência em Cabo Delgado, procurando compreender o que terá falhado no ataque à vila de Palma – sobretudo pelas proporções que teve, e que lições podem ser tiradas. Este ataque forçou a Total a encerrar por tempo indeterminado o acampamento

de Afungi e a rescindir contratos com empreiteiros e estas com as subcontratadas (a maioria nacionais), deixando milhares de moçambicanos em risco de perder os seus empregos. Ora, era de esperar que o Conselho de Estado levasse o assunto à reflexão e apontasse caminhos a seguir para evitar que o extremismo violento inviabilize os investimentos em Cabo Delgado.

A sessão do Conselho de Estado aconteceu a uma semana da realização da cimeira extraordinária da Troika da SADC em Maputo, reunião que vai definir o tipo de intervenção e/ou apoio militar que os países da região irão prestar a Moçambique no âmbito de combate contra o terrorismo. Desde 15 de Abril que uma equipa técnica da SADC se encontra no País a avaliar as necessidades de Moçambique para o combate contra o terrorismo e extremis-

mo violento em Cabo Delgado. Nesse sentido, era expectável que o Conselho de Estado recomendasse que posicionamentos o Governo de Moçambique deve assumir na reunião da SADC da próxima semana.

O envio de uma equipa técnica para avaliar as necessidades de Moçambique foi decidido na cimeira extraordinária da Dupla Troika da SADC realizada a 8 de Abril. O encontro foi liderado pelo Presidente de Botswana, Mokgweetsi Masisi, e contou com a participação dos Estadistas de Moçambique, Filipe Nyusi; da África do Sul, Cyril Ramaphosa; do Zimbabwe, Emmerson Mnangagwa; e do Malawi, Lazarus Chakwera. A Presidente da Tanzania, Samia Suluhu, não compareceu à reunião de Maputo e fez-se representar através do Presidente do Governo Revolucionário de Zanzibar, Hussein Ali Mwinyi.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, Janato Jr. e Ligia Nkavando.
Layout: CDD

Contacto:
 Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

Twitter: CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

